

A divisão sexual do trabalho no sistema de integração agroindustrial*

The sexual division of labor in the agribusiness system of integration



*Claudia Mazzei Nogueira***

Resumo: Neste texto mostramos algumas das transformações nas relações de trabalho no setor da agroindústria, ocorridas nas pequenas propriedades familiares rurais, localizadas no oeste catarinense e que são vinculadas ao sistema de integração da Sadia. Analisa particularmente a manutenção da desigual divisão sexual do trabalho na pequena unidade produtiva familiar avícola. Destacamos ainda alguns elementos presentes na divisão sociossexual nesse setor e concluímos indicando alguns desafios para o Serviço Social.

Palavras-chave: Sistema de integração. Divisão sexual do trabalho. Precarização. Trabalho. Serviço Social.

Abstract: In this text we show some of the transformations in the labour relations in the agroindustry sector that occurred in the small rural family properties, located in the west of Santa Catarina's State and that are vinculated to Sadia's system of integration. Analyse in particular the maintenance of the unequal sexual division of labour in the small poultry familiar productive unity. We underline yet some elements in the social-sexual division of labour in this sector and indicate some challenges for the social service.

Keywords: Integration system. Sexual division of labour. Precarization. Labour. Social Service.

* Este texto é fruto de pesquisa realizada com recursos provenientes da Bolsa Produtividade, bem como da Bolsa de Pós-Doutorado (ambas do CNPq), esta última sendo realizada no PPGSS da PUC-SP sob supervisão da profa. dra. Maria Carmelita Yazbek.

** Professora doutora em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp-SP), Brasil. Professora colaboradora do programa de pós-graduação em Serviço Social da UFSC, bem como coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero (NETeG). *E-mail:* mazzeinogueira@uol.com.br.

Introdução

O Serviço Social brasileiro, após sua ruptura com o viés conservador, passa a ter um embasamento teórico e metodológico consistente, possibilitando uma análise que supera a aparência do capitalismo, buscando as suas determinações fundamentais, proporcionando ao assistente social elementos para refletir criticamente a sociedade e a sua atuação.

Sendo a questão social o objeto de trabalho do Serviço Social, é imprescindível a ampliação de conhecimento da realidade em que estão inseridas as suas múltiplas expressões, prioritariamente no que tange ao mundo do trabalho, apreendendo o máximo de elementos possíveis e possibilitando, em grande medida, o enfrentamento dessa realidade por meio de seu caráter interventor.

Para tanto, o nosso texto analisa o sistema de integração da Sadia/BrasilFoods¹ no segmento avícola, no oeste catarinense, trazendo alguns elementos e reflexões relativos às condições de trabalho, bem como à vida cotidiana das mulheres e homens que compõem esse setor.²

A Sadia de 1990 até os dias de hoje: a construção de um monopólio

A empresa foi formalmente constituída no dia 7 de junho de 1944, quando 27 acionistas, assinaram a ata de fundação da Sadia Concórdia S. A. Com um quadro de funcionários que não passava de cinquenta pessoas, pôs em funcionamento seu primeiro frigorífico de suínos no dia 20 de novembro de 1944, abatendo trinta animais por dia. Além de abater suínos, a outra atividade inicial da Sadia era um moinho de trigo. Em 1990 apresentava um patrimônio de “22 empresas e 31 mil empregados, além dos 18 mil integrados do fomento agropecuário” (Costa, 2005, p. 10, e Fontana, 1980, p. 127).

1. A empresa Brasil Foods é o resultado da fusão entre a Sadia S/A e a Perdigão S/A ocorrida em 2009, tornando-se uma das maiores produtoras e exportadoras mundiais de carne de frango. No entanto, estaremos neste texto sempre nos referindo à Sadia, pois embora já tenha sido aprovada a fusão pelo Cade, no ano de 2010, elas se mantêm em espaços independentes, e esta pesquisa refere-se exclusivamente ao Sistema de Integração da Sadia, no campo da avicultura.

2. Todos os depoimentos que são utilizados neste texto foram coletados pela pesquisadora Mailiz Lusa, investigadora integrante desse projeto. Fazem também parte desse projeto de Bolsa Produtividade as pesquisadoras Edivane de Jesus e Maria Aparecida dos Santos, do qual o pós-doutorado é uma etapa.

A política neoliberal, iniciada em meados de 1990, por Collor e depois desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, abre as fronteiras e dá lugar ao mercado aberto da concorrência internacional. Com isso, novos elementos entram em cena, como as privatizações, o incentivo patronal pela busca da “competência”, da “competitividade” e das “parcerias” com os trabalhadores.

Os países se unem em bloco para competir por meio do que Chesnais (1996, p. 24) denomina como *mundialização do capital*, em que as organizações empresariais aderem à reestruturação produtiva, impingindo aos seus trabalhadores, entre outras consequências, metas de produtividade, além de frequentemente ampliarem a substituição de *trabalho vivo* por *trabalho morto* (Marx, 1988, p. 165).

A Sadia, nessa década, opta pela estratégia de intensificar sua reestruturação produtiva e inserção na nova divisão internacional do trabalho, criando e oferecendo ao consumidor produtos de conveniência e de maior valor agregado, implantando novos métodos gerenciais, programas de qualidade total e novos processos produtivos, além de realizar uma significativa expansão internacional em clara sintonia com elementos próprios da produção originária do Toyotismo, ainda que adaptados às particularidades desse ramo de atividade agroindustrial. Foi por isso que, segundo a fala patronal, essa década se destacou por grandes transformações na companhia.³

Ocorre, por exemplo, em 1991, a complementação da atividade no setor avícola da Sadia no Paraná, ao adquirir o complexo de Francisco Beltrão, da Chapeçó Avícola. “A empresa iniciou seus abates em 1983, com um total de 7.915.133 cabeças/ano, 6,6% do total do estado” (Costa, 2005, p. 11)

Entre 1991 e 1992, como parte de sua internacionalização, a empresa implanta filiais comerciais em Tóquio, Milão e Buenos Aires. Em 1994, com o objetivo de estabelecer um posto de observação no promissor mercado chinês, inaugura a Churrascaria Beijing Brasil, em Pequim, associada com a empresa chinesa Sky Dragon.

Dos cerca de 60 funcionários de 1944, ano da fundação, a empresa empregava, 50 anos depois, cerca de 32 mil pessoas diretamente, ainda segundo o *site* oficial da Sadia. Nesse mesmo ano, sempre segundo o discurso patronal, tem início um processo deliberado de sucessivas incorporações, dentro de um projeto de racionalização e reestruturação societária para obtenção de economia de escala, redução de custos administrativos e tributários, elementos esses pertencentes à lógica da forma de produção toyotista.

3. Todos os dados referentes à empresa foram extraídos do site: <www.sadia.com.br>.

Em 1996, com grande interesse no Mercosul, a Sadia inaugura uma central de armazenagem e distribuição em Garin, na Grande Buenos Aires, como também é implantado o segundo abatedouro de perus da Sadia na unidade produtora de Francisco Beltrão (PR). Esse processo desencadeia, em 1998, a formação de só uma empresa, a Sadia S. A., ou seja, uma única companhia aberta para todas as atividades operacionais da organização.

A Sadia chega ao final do século XX com um parque fabril composto por doze unidades. Com a economia nacional mais estabilizada e seguindo a “filosofia da empresa” de melhor ocupação do território nacional, inicia-se a produção da Granja Rezende, tradicional empresa agroindustrial mineira, com um abatedouro de frangos e perus, além de ativar uma fábrica de produtos industrializados de carnes em Uberlândia (MG), ampliando, conforme a fala patronal, sua competitividade no mercado interno. Nesse mesmo ano, para intensificar sua atuação no mercado externo, cria filiais na Argentina, no Uruguai e no Chile, escritórios comerciais na Itália, na Inglaterra e nos Emirados Árabes, e escritórios de representação no Japão, no Paraguai e na Bolívia.

Com a intensificação da avicultura no oeste e no sudoeste do Paraná, somada à dos demais polos criadores de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Distrito Federal, a Sadia dá um salto de quantidade na produção e venda de frangos inteiros e processados. A marca anual de 1 milhão de cabeças atingida pela primeira vez em 1968 tem apenas valor simbólico, quando comparada aos mais de 323 milhões de aves abatidas em 1995 e os 450 milhões de frangos e 19 milhões de perus em 2004.

Em 2005, a Sadia decide retomar o abate de bovinos, em seu frigorífico de Várzea Grande, que estava arrendado ao grupo Friboi. Com isso, a empresa passou a produzir cortes bovinos com as marcas Sadia (cortes nobres) e Sadilar no mercado interno, bem como reforçou sua exportação com produtos bovinos.

Em 2006, seguindo a lógica patronal, a Sadia investiu fortemente na modernização da gestão da companhia, promovendo diversas mudanças e renovações em sua equipe de gestores. Além de promover alterações na estrutura organizacional da área comercial, na área de *marketing* e a criação de uma diretoria de relações internacionais.

A nova diretoria da Sadia deu andamento ao projeto de instalação de uma fábrica de processamento de carne, em Kaliningrado, na Rússia, em parceria com uma distribuidora local, sendo as matérias-primas provenientes do Brasil. A fábrica atenderia o mercado russo e também as nações que compunham a antiga União

Soviética, como os países bálticos e do Cáucaso, além de fornecer parte da produção ao abastecimento da rede McDonald's na Rússia. A empresa seria fornecedora exclusiva de produtos processados de frangos e, em um segundo momento, também deveria fabricar pratos prontos.

Outro fato importante foi a obra de ampliação e modernização de seu armazém frigorificado no porto de Paranaguá, em 2007. Instalado na área de embarque, o novo armazém aumentou sua capacidade de 3,1 mil toneladas para 8,5 mil toneladas, o que representa um crescimento de 170%. Com investimento de R\$ 19 milhões, o projeto é responsável, até hoje, pelo armazenamento de grande parte dos produtos exportados pela empresa para mais de sessenta países da América Latina, Europa, Ásia e Oriente Médio.

Já, em 2008, segundo o relatório anual da empresa, a Sadia era considerada líder brasileira de alimentos industrializados e a sexta maior exportadora do país. Contava nesse ano com mais de 60.580 mil funcionários diretos, sendo 22.796 mulheres, das quais 20,11% ocupavam cargo de chefia. Tinham também 10 mil produtores rurais integrados entre pequenos, médios e grande porte. Por meio de fomento agropecuário, mantinha acordos com granjas integradas de criação de aves e suínos, o que lhe garantia o fornecimento de matéria-prima.

Até 2008, a Sadia produziu cerca de setecentos itens, distribuídos em mais de trezentos pontos de venda no território nacional e outros mil foram exportados para mais de cem países. No final desse ano, já mantinha dezessete unidades industriais próprias em oito estados brasileiros e uma em Kaliningrado, na Rússia, além de doze grandes centros de distribuição no Brasil, mantendo sua sede principal em Concórdia (SC). No exterior, a Sadia mantinha escritórios comerciais em catorze países: Alemanha, Argentina, Áustria, Chile, China, Emirados Árabes, Holanda, Inglaterra, Japão, Portugal, Rússia, Turquia, Uruguai e Venezuela.

No entanto, apesar do contínuo crescimento da Sadia, em 2009 ocorre sua fusão, já mencionada, que parece assumir, pelas informações preliminares existentes, a forma de uma incorporação da Sadia S. A. pela concorrente Perdigão S. A. Esse fato é resultado das perdas significativas decorrentes de investimentos especulativos realizados pela primeira. Com a fusão originou-se a criação da Brasil Foods, conglomerado que se converteu numa das maiores produtoras e exportadoras mundiais de carne de frango, exportando para mais de cem países no mundo.

Após essa digressão, indicando o perfil monopolista da empresa em questão, nos perguntamos no decorrer da pesquisa do pós-doutoramento: como vem se organizando o trabalho na pequena propriedade avícola familiar no interior do sistema de integração da Sadia?

O sistema de integração e a divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural familiar

O sistema de integração é um “esquema normativo de parceria entre o pequeno produtor rural e a empresa, na qual o primeiro produz para a indústria e esta se compromete com o fornecimento de assistência técnica e de insumos para a produção (animais novos, vacinas, ração e outros)” (Reche, 2008, s/p.).

Essa parceria é baseada na utilização de força de trabalho familiar e em pequenas extensões de terra e propriedades diversificadas. Ao pequeno produtor e sua família cabe a função de “acompanhar o avanço tecnológico da empresa para atingir o padrão de aceite do produto pela indústria para exportação”, ou seja, a ideia básica do sistema de integração é que as agroindústrias forneçam toda a tecnologia aos pequenos produtores, que possuem a tarefa de engordar os animais (Idem, s/p.).

No caso do frango, as indústrias fornecem os pintinhos com padrão genético definido, ração especial, remédios e assistência técnica, enquanto os integrados cuidam das aves até a hora do abate. Assim, a agroindústria não necessita gerar os espaços de criação e de produção da matéria-prima, mas conserva um monopólio de exploração e de controle sobre os trabalhadores familiares (Idem, s/d.).

Com a parceria concretizada, a atividade dos pequenos produtores familiares se torna relativamente assemelhada à produção fabril, prioritariamente na avicultura, que é central para a integração, onde identificamos que o papel do produtor limita-se a engordar o “pintainho” de um dia — o qual não é seu — até se transformar em frango. Ou seja, o trabalho no “sistema de integração” pode tanto preservar uma modalidade típica de produção familiar, quanto basear-se numa forma específica de subordinação desse trabalho ao capital, de que é exemplo o “salário por peça” (Marx, 1988, p. 133), claramente distinto da atividade laborativa típica da pequena propriedade voltada para a subsistência.

Ao contrário, segundo Marx (1988, p. 133),

O salário por peça nada mais é que uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho. O trabalho por peça parece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, como se o preço desse trabalho não fosse determinado, como o do salário por tempo, pela fração do valor diário da força de trabalho/jornada de trabalho de dado número de horas, mas pela capacidade de produção do produtor, organizado de exploração e opressão.

Cabe lembrar que, conforme Jesus (2010, p. 35):

Na mesma direção Mota e Amaral (1998) abordam o processo de externalização da produção que se caracteriza como um dos princípios do modelo de acumulação flexível. Isto é, trata-se de uma nova forma de estruturar a produção, onde atividades que não se caracterizam como processo-fim da empresa deixam de fazer parte de sua estrutura interna. De acordo com as autoras, este processo é extremamente funcional ao capital, uma vez que transforma custos fixos em variáveis, delegando por meio da terceirização a outras empresas ou trabalhadores, funções agora pagas por peça, pelo produto. Defeitos em produtos, absenteísmo, ociosidade, custos trabalhistas deixam de ser preocupações da empresa. Tais mecanismos estimulam a existência de trabalhadores autônomos, trabalho à domicílio e pequenas empresas prestadoras de serviços.

Assim, os pequenos avicultores familiares desprovidos dos direitos trabalhistas, “fisicamente distanciados do controle e da exploração direta deles — trabalhadores proprietários, que se pensam livres”, e parceiros das agroindústrias “possuem na sua autoexploração, na exploração de sua família e de outros trabalhadores, uma clara fonte de produção de valor”. Isso se configura como um resgate de “formas antigas de produção e exploração”, inseridas nos “novos processos produtivos”, tornando-se, por essa razão, “funcionais ao capital”, conforme afirma Jesus (2010, p. 36), referindo-se ao estudo de Mota e Amaral (1998).

Desse modo, o “sistema de integração”, baseado nos mecanismos da autoexploração do trabalho, “é um dos elementos do acordo de ‘parceria’ que tem dupla face para o trabalhador, pois, não podendo ele vender sua produção no mercado livre para outra agroindústria a não ser aquela com quem firmou a parceria, fica sujeito ao preço definido pela agroindústria...” que o contratou (Lusa, 2008, p. 61).

O fato de a agroindústria determinar, como um verdadeiro “monopólio, o ‘preço’ a ser pago pelo produto do avicultor” faz com que haja uma instabilidade constante, acarretando insegurança quanto aos valores que eles receberão por cada lote produzido (Lusa, 2008, p. 61). Essa situação de subordinação e dependência é uma importante dimensão não só do sistema de integração, mas também da própria lógica da reestruturação produtiva. E sua produção está assentada numa modalidade de divisão sexual do trabalho, como veremos a seguir (Idem, p. 61).

Nas pequenas propriedades avícolas familiares é possível encontrar uma clara divisão de tarefas para os homens e as mulheres. “Os homens são os chefes da família e os ‘primeiros’ proprietários dos bens familiares, são eles que comandam e decidem o tipo de atividades a serem desenvolvidas na propriedade, o trabalho a

ser desempenhado pelos membros, a administração financeira dos recursos e a decisão de novos investimentos” (Idem, p. 76).

Já “as mulheres são acima de tudo ‘mães’, mulheres atenciosas, disponíveis, e tendem a ser menos repressoras que os homens. A elas cabe a administração do lar” e os cuidados cotidianos familiares, como “a preparação da comida; o controle dos alimentos e outros produtos necessários para a família; a atenção ao vestuário, desde a compra até a lavação; além da limpeza e organização da casa”, como podemos constatar na fala da entrevistada⁴ (Idem, p. 76):

eu acordo às 6h da manhã, já. Faço fogo, arrumo o café, depois se eu tenho que fazê o pão naquele dia, daí eu já amasso. Depois eu faço o chimarrão, daí a gente toma umas cuia de chimarrão com a nona, daí vou já pra luta. Começo lá com as vaca. Tiro o leite, arrumo tudo lá, venho pra dentro, como um pedaço de pão e daí já vou ajeitando pro almoço e roupa e faxina [...] e continuo até de meio-dia, né? Daí neste meio-tempo, eu vou no aviário ou fazê as outras coisas lá fora se precisa, né? Daí almoçamo, depois faço as coisas, lavo a louça, limpo aí um pouco e depois se eu posso, eu vou me deitar um pouquinho, descansá assim uma meia hora. Depois ajeito mais um pouco as coisas pros nonos e depois tomo um chimarrão com eles, porque se não eles ficam sozinhos e então alguém tem que conversar e dar atenção pra eles. Depois já saio lá pra fora e é lenha, é roupa, ou se tem alguma coisa pra plantá que é época, como amendoim, por exemplo, né [...] ou então se é época de limpá ou de colhê alguma coisa que se produz de muideza, tem a horta também que tenho que me dedicá, porque sou só eu, né. Depois já vou começá atrás das vaca e continuo. Aí pela 18h eu começo a tirá o leite e vou até que termino, faço tudo lá, ajeito e deixo certo pro outro dia. Depois eu entro, assim, agora eu tô entrando aí pelas 21h, mas dá pra dizer que normalmente é mais ou menos umas 20h. Daí já arrumo a janta, daí a gente janta e eu lavo a louça. Depois se tem que passar roupa eu passo, se precisá ensaboar umas roupas e também encaminhar o almoço pro outro dia, e assim, né [...] depois eu vou dormir aí pelas 23h. (Mulher, Família 16)

Esse depoimento é emblemático e mostra que a divisão sexual do trabalho pode ser facilmente observada na organização do trabalho e que ela se expressa por meio das tarefas femininas vinculadas ao espaço da reprodução, explicitando a presença de uma acentuada hierarquia, em que em geral a responsabilidade de

4. Conforme indicamos anteriormente, todas as entrevistas que se seguem foram realizadas pela pesquisadora Mailiz Lusa, para o desenvolvimento de seu TCC, com o título *Trabalho no contexto rural: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no oeste catarinense* (2008), com a orientação da profa. Teresa Kleba (vide bibliografia).

subsistência fica a cargo do sexo masculino (Hirata et al., 2000; Maruani, 2000 e 2002; Nogueira, 2009; Lusa, 2008)

No relato abaixo, referente à percepção do homem em relação ao trabalho da sua mulher e ao seu próprio, podemos perceber um pouco da hierarquia e da divisão sexual do trabalho presente na família do pequeno produtor rural,

Ela levanta às 6 horas, até antes que eu. [...] faz fogo, e arruma o café, apronta a mesa, faz um chimarrão e toma com a nona e depois vai pra estrebaria e daí ela só volta pra cá umas 9h30 ou 10h. Daí come um pedaço de pão e fica aqui e faz limpeza e outras coisas aqui dentro de casa, que eu nem sei o que faz, porque eu sumo, e não vejo nada. De vez em quando ela passa no aviário, assim, umas duas vezes por manhã. Daí termina o almoço, eu entro e nós almoçamos. Se é no verão ela faz o serviço e depois descansa um pouco e se é o inverno, não tem descansá, né, continua direto. Mas as coisas dela, assim do serviço de depois do almoço, eu não sei, porque eu não vou muito atrás [...], mas seria a louça e limpeza da cozinha, né? Depois toma um pouco de chimarrão com os nonos, que é a única que segura a barra aí com eles, que ajuda a tomá com eles, porque eu não pego a cuia e não paro pra dá atenção pra eles, e a gente sabe que precisaria, né, porque eles já tem certa idade, o nono já não escuta quase nada, tu vê, quase não fala e também se esquece das coisa e não reconhece as pessoa e a nona, já ainda é bem consciente, né? Só não tá boa de saúde física, né? Daí eles já ficam sozinhos praticamente o dia inteiro então tem que ter alguém que conversa com eles um pouco em algum momento do dia, né? Então, é ela que faz isso, que segura a barra, porque pra mim não dá! Tá, depois disto ela passa no aviário de novo e daí já começa a prepará as coisa pras vaca, as cocheiras, as coisa alí, o trato [...] aí começa tirar o leite e vai até aquela hora de novo! (*risos*) Vai até 21h ou 22h da noite quando entra. [...] daí de novo é a mesma história, daí prepara a janta, jante-mo, lava a louça e daí tem ferro, tem roupa pra passar [...] Ah! E eu nem te falei que durante o dia tem roupa pra lavá, né, mais de manhã que ela lava. Daí depois sempre tem coisa que ela fica fazendo e se não vamos pra cama. (Homem, Família 16)

Já em relação ao seu próprio trabalho, o pequeno agricultor integrado contou:

Acordo, depende né?, quando tem os pinto pequeno é diferente, mas dá mais ou menos umas 6h ou 6h15. Daí vou pro aviário, dou uma olhada lá. Daí vai pro chiqueiro e trata os porco, limpa o chiqueiro. Volta ajudá a esposa a tirar o leite na estrebaria. Daí vem pra cá, toma café mais ou menos 8h30 ou 9h, mais ou menos [...] e vai no aviário novamente. Se precisa eu vou pra roça neste horário também. E de tarde também eu vou fazendo o que tem no dia a dia.

Aí por 11h45 ou 12h daí se entra, eu tomo banho e já tá com o almoço na mesa. Então almoçamos e eu boto o chapéu e vou no aviário. Depois volto e se dá pra descansá um

pouquinho eu fico. Se não seguro o chapéu e vou novamente, [...] aí tu começa na roça e coisa assim. Olha, é assim: no verão descansa um pouco, porque é muito quente e os dias são mais longo então dá pra ficá mais tempo à noite. Só que no inverno não para, porque não tem tempo, se não se termina muito tarde a noite e é frio, né? Tá, então digamos que fui pra roça, daí eu volto aí pelas 17h ou 18h, mas se tiver que terminar algum pedaço, daí tenho que ficá lá até as 20h, por exemplo. [...] eu venho pro aviário, dou mais uma olhada, tomo banho, vou pra janta e depois saio novamente aí pelas 22h30 no inverno, só que no verão eu entro só às 22h mais ou menos, aí saio no final mais tarde ainda, aí por 23h ou 23h30. É, é um puxado, olha a minha aparência, a minha estatura, por exemplo, é bem de agricultor. (Homem, Família 16)

Sabemos que a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com os interesses da sociedade da qual faz parte em determinado período. “Por conseguinte, ela torna-se um fenômeno dinâmico que expressa e reforça a perpetuação da subordinação das mulheres”, que na sociedade capitalista tem como objetivo central a acumulação de capital, como o exemplo acima reforça (Gamba, 2007, p. 100, in Lusa, 2008, p. 96).

Neste sentido, compreendemos então que a divisão sexual do trabalho na família dos pequenos avicultores “é permeada pela tradicional e cultural dominação masculina”, só que de forma ainda mais intensa que na maioria das famílias urbanas, resultando em “uma desigualdade” mais acentuada, “tanto nas relações de trabalho quanto nas relações” familiares (Lusa, 2008, p. 98).

Assim, “a divisão sexual do trabalho é clara na agricultura familiar, cabendo ao homem as tarefas destinadas à geração de renda”, entre elas “o cultivo dos campos, inclusive no corte”, [...] “a preservação das matas, a construção de cercas, as relações comerciais de vendas de produtos, compra de insumos, maquinários, a aquisição de bens ou financiamentos etc.” (Idem, p. 99).

Já para a mulher caberiam as tarefas relacionadas ao âmbito do espaço reprodutivo, o qual também se estende aos arredores da casa. “É neste espaço que a mulher realiza as tarefas destinadas à reprodução familiar, como os cuidados com a casa, com a comida, com a educação dos filhos, com o cultivo da horta e cuidados com o jardim, as pequenas criações de gado, aves e suínos etc.” (Idem, p. 99).

Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades familiares rurais se apoia, em grande medida, na dominação presente na hierarquia familiar, como, por exemplo, nas relações “de herança e propriedade, nos arranjos matrimoniais etc.”, indicando que esse segmento rural está também muito distante da “igualdade substantiva” de gênero (Idem, p. 99).

Segundo Mészáros (2002, p. 277-278),

a estrutura de comando do capital sempre foi — e para sempre será — totalmente incompatível com a ideia de conceder a qualquer pessoa igualdade substantiva na tomada de decisões, até mesmo às “personificações do capital” que devem operar rigorosamente sob seus ditames materiais. Neste sentido, quer as mulheres tenham quer deixem de ter o direito de votar, elas devem ser excluídas do verdadeiro poder de decisão por causa de seu papel decisivo na reprodução da família, que terá de se alinhar com os imperativos absolutos e os ditames autoritários do capital. E isto deve acontecer porque a família, por sua vez, ocupa uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital: ela é seu “microcosmo” insubstituível de reprodução e consumo.

Dessa forma, a manutenção da desigual divisão sexual do trabalho e as relações de opressão do homem sobre a mulher são propícias para a lógica capitalista, entre as quais se destaca a garantia da reprodução social por parte da mulher e seu ingresso no espaço produtivo (Nogueira, 2006, p. 116).

Esta situação, embora pareça remeter-se somente ao trabalho urbano,⁵ também pode ser observada no meio rural, como já indicado e como poderemos perceber na continuidade da nossa reflexão sobre a divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades de avicultura familiar vinculadas ao “sistema de integração”.

Após a reestruturação produtiva, os pequenos avicultores familiares indicaram que as relações de trabalho no sistema integrado da Sadia foram intensamente alteradas, principalmente em relação ao aumento da exigência de “atenção direta”,⁶ ao “aumento do padrão tecnológico”, na “diminuição da lucratividade” e “aumento dos custos de produção”, ao “aumento das exigências de qualidade e produtividade”, ao “aumento do trabalho — quantidade e intensidade e diminuição do tempo médio de alojamento” dos frangos (Lusa, 2008, p. 47).

Assim, vejamos o depoimento de um avicultor integrado:

[...] mudou muito, mudou mesmo. Mudou desde o tempo pra produzir o frango. Nós levava mais tempo pra produzir o frango, você produzia no início em 120 dias de

5. Ver os livros *A feminização no mundo do trabalho* (Nogueira, 2004) e *O trabalho duplicado* (Nogueira, 2006).

6. Atenção direta é o tempo necessário dispensado para o cuidado com o aviário. Quanto menor for a implantação e o padrão de equipamentos tecnológicos no aviário, maior é o dispêndio de tempo no manejo das aves (Lusa, 2008, p. 47).

idade, hoje você produz ele em 30, 39, 38 dias, 33, 40, 49 no máximo. Só que naquele tempo era diferente porque hoje tu produz em menos tempo e com mais peso. De equipamentos então, ah! Tá sempre gastando, né? [...] começou com um tipo de comedouro, um tipo de bebedouro, mudou pra outro, depois veio mais outro e assim foi indo, né? Campânula é a mesma coisa: tu tá sempre investindo. Hoje por exemplo ele querem tela fina, arco pra desinfecção e mais cerca ao redor, porque não pode ter acesso a propriedade. (Homem, família 16)

E complementa,

[...] a mão de obra antes era a mãe, o pai e eu, antigamente quando começamos. E tinha mais alguém às vezes que ajudava diariamente ou por mês e depois fui ficando quase sozinho, porque hoje tu não pode mais pega um empregado. E mesmo de serviço mudou também, sim, mudou. Antigamente tu não tirava muita casca assim, então aumentou porque agora tu tem que segurá mais [...] tá mais em cima, né? Porque hoje em dia tu tem menos tempo e aquela época lá parece que o tempo era mais longo, porque tu tinha menos detalhe pra fazê, tinha que tirar menos cascão, tanta coisa. Então hoje não, não sobre tempo porque a cada dois dia tu tem que passa muitas horas lá dentro só pra tirar o cascão de dentro. (Homem, família 16)

No que tange à questão da chamada “atenção direta”, com certeza ela está mais acentuada e precária nas pequenas propriedades avicultoras familiares, pois a intensificação no cuidado manual com as aves obviamente atinge aquelas propriedades com menos capacidade de empregar equipamentos com alta tecnologia. Além da dificuldade de disponibilidade de tempo livre para a aprendizagem do manuseio das máquinas que estão em constante modificação (Lusa, 2008, p. 47-50).

Portanto, este trabalhador, para se manter no “sistema integrado”, segundo Lusa (2008, p. 48-49), “passa a se inserir de forma ‘obrigatória’ no quadro de utilização de inovações tecnológicas, o que teoricamente poderia ser positivo”, uma vez que “diminuiria a quantidade e a intensidade da força de trabalho necessária para desenvolvimento das atividades, mas na prática é compensada negativamente pelo surgimento de outras atividades necessárias ao manejo”, sendo um significativo exemplo, “o surgimento da ‘casca’⁷ que é um dos efeitos das inovações alimentares. A partir do relato do avicultor pode-se compreender o que o aumento da ‘casca’ representa em relação às exigências de manejo”:

7. “É a parte molhada, o resíduo úmido de urina, de fezes, ou de outro tipo de umidade” que fica no aviário, conforme depoimento, citado em Lusa (2008, p. 48).

[...] a casca que começou a dar bem mais [...] que nem eu falei, o problema da ração vegetal que eles estercam mais mole, daí com a ração vegetal não tinha horário [...] a gente ficava, praticamente dia a noite dentro do aviário. Que chego num conclusão de que nós tinha que para, porque o piá [...] ele tinha 12 pra 13 anos, nós nunca botava ele pra puxar uma casca, [...] mas daí ele teve que começar levantar às cinco horas da manhã junto com nós e até ele tava puxando casca. E nós não aguentava mais, nem eu, nem ela [...] nós tava tudo arreventado e não se vencia, até ele tava puxando [...] daí se é pra acabá com os filho, daí também não adianta, né, então é melhor pará. Trabalhá como? (Homem, Família 5)

Ainda tratando da questão da desigual divisão sexual do trabalho no setor rural, seguimos apresentando o depoimento de uma das mulheres pertencente à família de um pequeno avicultor, vinculado ao sistema de integração, no que diz respeito a uma das suas obrigações diárias de trabalho, após as novas alterações exigidas pela Sadia, no cuidado com o aviário:

Tem que levantá à noite. Eu levanto umas 3 ou 4 vezes à noite, isso é garantido. E como tem que levantar, eu já não tenho sono [...], mas nem que eu tivesse, não ia adiantá, tem que ir fazer fogo o mesmo, né? Você passa de dia e de noite sempre em ação, porque daí de dia tu puxa lenha e arruma tudo e de noite tem que levantar umas 3 vezes pra fazer fogo, aí se põe o relógio pra despertar que é pra garantir, porque das vezes posso dormir, né? [Pesquisadora: cada vez que a senhora levanta quanto tempo demora?] Ah! eu levo uma meia hora. Porque daí eu ponho a lenha nas campânulas, aí eu vou mexer eles, vou pohná ração nos tubolar, arrumar os guardanapos nas bandejas e no fim se tiver ração no chão, porque eles esparramam na maravalha, aí até que tu limpa tudo... demora! E geralmente eu vou sozinha, porque eu não chamo eles, porque uma pessoa passando sono chega, né? Então eu vou trabalho e deixo tudo limpo. Depois preciso mais uma meia hora ou 40 minuto também, porque daí até se lavar e pegar no sono de novo, [...] daí o relógio já tá despertando de novo. (Mulher, Família 12)

Ao presenciarmos por meio dos depoimentos, uma expressiva desigualdade na divisão sociossexual do trabalho no “sistema de integração”, podemos afirmar que as relações sociais capitalistas acabam legitimando uma relação de submissão das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada, em grande medida, pela sua subordinação de todas as funções reprodutivas sociais, como as relações de gênero familiares à produção material e cultural (Nogueira, 2006, p. 23, e Mészáros, 2002, p. 213).

O peso imposto pelo “sistema do capital” sobre as mulheres para que haja a manutenção das especificidades “naturais” e a situação delas no espaço do trabalho

assalariado é profundamente injusto. Em vez de se verem aliviadas “como pretenderia a retórica da oportunidade” de direitos iguais “para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero”, o que elas presenciam de fato é, ainda, uma acentuada precarização da sua força de trabalho (Mészáros, 2002, p. 302-303).

O capitalismo, “ao mesmo tempo em que cria condições para a ‘emancipação’ feminina, acentua a sua exploração ao estabelecer uma relação aparentemente ‘harmônica’ entre precarização e mulher, criando formas diferenciadas de extração do trabalho excedente”. Sabe-se que quando “se toma o trabalho em seu sentido mais profundo, pode-se ver que ele possibilita um salto efetivo no longo processo da ‘emancipação’ feminina. E, na medida em que a mulher se insere no trabalho produtivo, ela tem também a possibilidade de lutar pela conquista da sua ‘emancipação’, pois se torna parte integrante do conjunto da classe trabalhadora” (Nogueira, 2004, p. 89).

O depoimento abaixo pode ilustrar bem essa realidade,

[...] Até eu comento com as gurias na sala de aula que eu inseminava porca, desmamava leitão, castrava leitão, fazia tudo, sabe? Tem gente que não acredita. Agora eu comento com elas que eu vacino porco, que limpo chiqueiro, que eu seguro porco, daí elas não acreditam! [...] eu ajudava ele em tudo. Na lavoura quando precisava ajudar eu ajudava, dirigia trator e caminhão, que nós tinha na época. O que precisava fazer eu fazia. Também na parte administrativa. Que eu falo com várias pessoas e tem mulher que não sabe quanto dinheiro tem no banco, não sabe quanta dívida tem, quando vence os financiamento [...] a mulher não sabe. Eu era bem ao contrário, eu sabia tudo, porque era mais eu que controlava esta parte do que ele.

E complementa,

Eu sempre penso assim, que você tem que ir atrás e buscar coisas, que você nunca pode ficar parada, porque se você pensar: “Ah! Você é uma mulher, então você deveria parar, não deveria trabalhar tanto, poderia sossegar mais, [...] daí não dá! [...]”. Pra mim não serve essas conversas porque eu penso o contrário. (Mulher, Família 2)

Nesse aspecto, é significativo lembrar que sendo a luta das mulheres centrada na questão da *igualdade substantiva* (Mészáros, 2002), tanto no espaço da reprodução como na esfera da produção, seja no âmbito da produção rural ou urbana, “o sistema do capital indiscutivelmente não pode ser mais do que a perpetuação da *injustiça fundamental*”, uma vez que a própria natureza do relacionamento entre capital, trabalho e reprodução “é a manifestação tangível da hierarquia estrutural

insuperável e da desigualdade substantiva”, o que claramente limita a conquista de sua “emancipação” (Idem, p. 306).

Ou seja, a crítica da mulher trabalhadora (bem como a do trabalhador) à sociedade capitalista não deve ater-se exclusivamente à análise das relações de exploração e precarização existentes no mundo produtivo (por mais importante que ela seja), mas deve compreender também toda a opressão presente na hierarquização patriarcal instituída no espaço da reprodução (Nogueira, 2006, p. 195).

Assim, a partir das indicações preliminares que oferecemos em nossa pesquisa sobre o trabalho feminino no sistema de integração da agroindústria, a rica e complexa articulação das categorias *trabalho* e *reprodução* permite que se evidencie, uma vez mais, o aspecto dialético da positividade e negatividade que se encontra nessa dinâmica contraditória.

A feminização no mundo do trabalho, tanto no segmento rural quanto no urbano, com certeza é positiva como mais um passo para sua “emancipação”, ainda que parcial, porém não vem reduzindo significativamente a desigual divisão sexual do trabalho; ao contrário, vem reproduzindo e por vezes intensificando essa realidade, explicitando a dimensão negativa (Nogueira, 2004, p.119).

De certa forma, essa situação se traduz em uma acentuada exploração feminina no mundo do trabalho e uma profunda opressão masculina sobre a mulher no espaço da reprodução. E, no caso estudado, a trabalhadora rural, da avicultura, é claramente subordinada ao mando masculino e frequentemente não remunerada, pois o pagamento acaba sendo recebido pelo homem, uma vez que na grande maioria das vezes o contrato do sistema de integração é assinado somente por ele.

À guisa de conclusão

A realidade acima apresentada nos remete também à reflexão sobre a importância para o Serviço Social de conhecer as situações vivenciadas pelas famílias integradas no segmento da agroindústria. Pois o Serviço Social é uma profissão eminentemente interventora e contempla em seu projeto profissional o processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero.⁸

8. Ver o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei n. 8.662/93.

A realidade da avicultura familiar vinculada ao sistema de integração, no oeste catarinense, demonstra também que esse setor sofreu uma importante intensificação do processo de trabalho, de que é exemplo o fato de que no Brasil, no início dos anos 1970, um frango era abatido com 60 dias de vida; nos anos 1990 esse tempo diminuiu para 42 até 45 dias, sendo que atualmente pode-se abater um frango com aproximadamente 30 dias de vida (Belik, 1994, p. 67).

Sabemos que essa intensificação do processo de trabalho, que atinge a agroindústria da avicultura, acumula também, como esta investigação parcial procurou indicar, uma acentuada dimensão de gênero articulada com a exploração do trabalho. Essas formas de exploração do trabalho atingem tanto os homens quanto as mulheres, embora a força de trabalho feminina seja mais intensamente afetada, o que acaba por configurar uma maior precarização das suas condições de vida, marcadas pela ampliação das carências e necessidades básicas.

É justamente com o intuito de compreender e, na medida do possível, intervir, que a proteção social se faz necessária, uma vez que a ausência de políticas públicas nesse segmento transforma essas carências e necessidades em questão social.

E sendo a questão social um pressuposto vital para o trabalho do Serviço Social, é imprescindível a ampliação de conhecimento da realidade onde estão inseridas as suas múltiplas expressões, fornecendo o máximo de elementos possíveis para a pesquisa e, ao mesmo tempo, produzindo o enfrentamento dessa realidade, por meio de seu arcabouço teórico metodológico. Segundo Yamamoto (2000, p. 62), ao se referir à questão social:

[...] É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade de ação profissional [...]. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou objeto de trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *pano de fundo* para o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo*, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.⁹

Portanto, o Serviço Social deve partir da posição de que o seu significado social é desvendado enquanto partícipe da sociedade, inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais. Ou seja, “é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas

9. Ver também Netto (1996, p. 89).

que constituem a sociedade capitalista, particularmente no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social¹⁰ e às suas manifestações” (Yazbek, 2009, p. 2), sendo que no caso referem-se às respostas (ou ausência delas) à realidade das famílias avicultoras vinculadas ao sistema de integração no oeste catarinense.

O que nos obriga a indicar como o capitalismo, também na unidade produtiva vinculada ao sistema de integração, tem enorme interesse em preservar e mesmo intensificar a desigual divisão sexual do trabalho. Isso porque uma relação de “igualdade substantiva” no espaço reprodutivo, como no espaço produtivo, seja no campo ou na cidade, não é do interesse e não faz parte da lógica do capital, que no máximo “permite” uma relação de igualdade apenas formal. Isso evidencia que o capital necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço *produtivo* como no *reprodutivo*, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher (Mészáros, 2002, p. 306).

Vale recordar aqui a antecipação dessa complexa relação entre os gêneros, feita por Marx (1983, p. 166-167):

[...] na relação com a *mulher* como a *presa* e a criada da luxúria comunitária está exprimida a degradação infinita em que o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, decidida, *manifesta*, desvelada, na relação do *homem* com a *mulher* e no modo como é tomada a relação *natural*, *mediata* do gênero.

Portanto, é possível afirmar que a lógica da divisão sociossexual do trabalho existe tanto no mundo produtivo como na família patriarcal, uma vez que ela se baseia na articulação entre a esfera da geração do valor e a esfera da reprodução.

E isso acontece, segundo Mészáros, “não apenas porque as mulheres têm de aceitar uma parcela desproporcional das ocupações mais inseguras, mais mal pagas” que existem no mundo do trabalho e “estejam na péssima situação de representar 70% dos pobres do mundo”, mas em virtude de seu papel decisivo na família patriarcal, porque “as exigências que são (e continuarão a ser) jogadas em cima das mulheres são cada vez mais difíceis de satisfazer no cenário social mais amplo,

10. “A questão social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a questão social se expressa também na resistência e na disputa política” (Yazbek, 2009, p. 2).

contribuindo para quaisquer ‘disfunções sociais’ associadas à crescente instabilidade da família” (Mészáros, 2002, p. 304-305).

Portanto, quanto mais profundas forem essas “disfunções sociais”, maior será o peso e as exigências impostas às mulheres como eixo dessa família; quanto mais acentuada for essa carga, além da exploração do trabalho rural produtivo, mais intensa fica a condição de opressão feminina no espaço reprodutivo patriarcal.

Em outras palavras, a nossa crítica à sociedade capitalista não pode limitar-se à análise da exploração e da precarização existentes no mundo do trabalho rural produtivo, mas deve abranger também todos os profundos e multifacetados aspectos negativos dessa lógica, entre eles a compreensão da opressão que se encontra presente na estrutura da família patriarcal rural, que impõe uma desigual divisão do trabalho para a mulher.

Em suma, uma nova divisão sociosexual do trabalho é profundamente necessária. Mas não é do interesse do capital uma metamorfose nessa divisão, principalmente se esta transformação for direcionada a uma “igualdade substantiva” (Mészáros, 2002, p. 272 e Nogueira, 2006, 196-197).

Assim, como pudemos constatar, o ingresso da mulher no mundo do trabalho tem se efetivado nos espaços produtivos, como o da agroindústria (em particular no sistema integrado), pela precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho, além, é claro, da manutenção da dupla (às vezes tripla) jornada laboral.

E por ser o trabalho na avicultura familiar, neste caso dos pequenos produtores familiares rurais inseridos no sistema de integração, também “um sacrifício de sua vida” (Marx e Engels, [1977]), a atenção em relação aos direitos sociais deve ser intensa. E esse, vale dizer, é um dos papéis fundamentais do Serviço Social, pois essa realidade está diretamente vinculada não só à produção, mas também à reprodução social. A reprodução das relações sociais deve ser aqui entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não só a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução da própria sociedade capitalista e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona diante da vida (Yazbek, 2009, p. 3-4).

Segundo a autora,

a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de rela-

ções da sociedade. O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação. (Idem, 2009, p. 2)

E essa totalidade, no que concerne aos trabalhadores e trabalhadoras da agroindústria, como indicado anteriormente, tem aproximações claras com o mecanismo de *exploração do trabalho* baseado no que Marx definiu como “salário por peça”, isto é uma modalidade particular de subordinação do trabalho ao capital (Marx, 1988, p. 133-135), claramente distinto da atividade laborativa típica da pequena propriedade. Foi por isso que Marx afirmou que o sistema de “salário por peça” se “constitui, a base tanto do moderno trabalho domiciliar [...] como de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão” (1988, p. 135).

As precárias condições das relações de trabalho, proporcionadas pela reestruturação produtiva na agroindústria, intensificam as desigualdades da divisão sexual do trabalho, aumentando a exploração/opressão nas pequenas propriedades rurais vinculadas ao “sistema de integração”. É por isso que o sistema integrado de fato integra desintegrando.

Recebido em: 28/5/2012 ■ Aprovado em: 6/6/2012

Referências bibliográficas

BELIK, W. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 11, n. 1/3, p. 58-75, 1994.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, A. J. D. *A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares*. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_19.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2011.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ESPINDOLA, C. J. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

FONTANA, A. *História de minha vida*. Petrópolis: Vozes, 1980.

- HIRATA, H. *Flexibilidade, trabalho e gênero*. Santiago: GEDISST/CNRS, 1999. (Mimeo.)
- _____. *Division sexuelle du travail et rapports sociaux de Sexe*. In: _____ et al. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.
- JESUS, E. de. *O sistema de integração na produção de aves no oeste catarinense: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores*, 2010. Dissertação (Mestrado) — PGSS-UFSC, Florianópolis.
- LUSA, M. G. *Trabalho no contexto rural: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no oeste catarinense*. TCC — DSS-UFSC, Florianópolis, 2008.
- MARUANI, M. *Travail et emploi des femmes*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.
- _____. *Les mécomptes du chômage*. Paris: Bayard, 2002.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro I, v. 1, t. 1-2.
- _____; ENGELS, F. Trabalho assalariado e capital. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1977]. v. 1.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P. *Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.
- NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- _____. *O trabalho duplicado*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- RECHE, D. A influência do capital agroindustrial na distribuição socioespacial urbana do município de Chapecó no Sul do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., *Anais...*, Barcelona, 2008.
- YAZBEK, M. C. O significado social da profissão. Texto escrito para o curso de especialização *lato sensu* em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

Site consultado e citado

www.sadia.com.br

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf